

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.049 - AM (2019/0295867-6)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : JAQUELINE DO SOCORRO ALENCAR EDWARDS SOUZA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE - AM001775**  
**JAQUELINE DO SOCORRO ALENCAR EDWARDS SOUZA - AM004953**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO**  
**PACIENTE : OSMERINO MUCA DE SOUZA (PRESO)**

## DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de OSMERINO MUCA DE SOUZA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, o relaxamento da prisão preventiva, em razão do excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação interposto pelo ora paciente.

É o breve relatório.

### **Decido.**

Cumprе consignar, na linha dos precedentes desta Corte, que o prazo para a conclusão do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Nesse sentido, o seguinte precedente:

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. EXCESSO DE PRAZO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. *Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

[...]

4. **O excesso de prazo não pode ser estimado de modo meramente aritmético, devendo ser considerado em razão das peculiaridades de cada caso.**

5. *Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.*

6. *Não se verifica, no caso dos autos, ilegal mora processual atribuível ao Poder Judiciário ou aos órgãos encarregados da persecução penal, uma vez que o feito tramita de maneira regular e conforme a sua complexidade.*

7. *Recurso ordinário em habeas corpus desprovido."* (RHC 82.728/PI, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas** DJe de 01/08/2017, grifei).

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao eg. Tribunal de origem, notadamente quanto ao andamento processual do recurso de apelação interposto pelo ora paciente.

Após, vista à d. Procuradoria-Geral da República.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator